

DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6075>

CONECTADAS E CONTRA O RACISMO! O CIBERFEMINISMO COMO POTÊNCIA DE MULHERIDADES NEGRAS JUVENIS

*Connected and Against Racism!
Cyberfeminism as a Power of Black Youth Womanhoods*

Maria Luisa Pires da Silva¹
Nayani Silva Lima²
Raynara Gabrielle de Sousa Silva³
Maria Vitória Alves de Oliveira⁴

RESUMO

O movimento feminista negro surgiu para expor o racismo e o sexism bem como para reivindicar os direitos das mulheres negras. Com o desenvolvimento da tecnologia, as feministas negras passaram a utilizar essa ferramenta como um campo de luta, espaço em que elas podem dialogar com um maior número de pessoas de locais diferentes e em qualquer horário do dia. Deste modo, reconhecendo que o ambiente virtual é um auxiliador do combate às opressões de raça e gênero, este trabalho tem como objetivo discutir características do movimento feminista negro e expor a trajetória do ciberfeminismo pesquisa bibliográfica integrativa, dando enfoque na articulação do feminismo negro com o ciberfeminismo.

Palavras-chave: Articulação; Empoderamento; Coletividade; Redes sociais.

ABSTRACT

The black feminist movement emerged to expose racism and sexism and to demand the rights of black women. With the development of technology, black feminists have started to use this tool as a field of struggle, a space in which they can talk to a greater number of people from different places and at any time of the day. Thus, recognizing that the virtual environment is an aid in the fight against oppressions of race and gender, this paper aims to discuss characteristics of the black feminist movement and expose the trajectory of cyberfeminism integrative bibliographical research, focusing on the articulation of black feminism with cyberfeminism.

Keywords: Articulation; Empowerment; Collectivity; Social networks.

¹ FIOCRUZ. E-mail: marialuisap.s14@gmail.com

² E-mail: nayanisilvalima145@gmail.com

³ E-mail: Gabrielleraynara12@gmail.com

⁴ E-mail: Mv3458725@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais são atos de cunho sociopolítico direcionados por temas e problemáticas de conflitos, litígios e outras discussões de grupos na sociedade. As ações realizadas pelos coletivos constituem processos sociais e político-cultural que resultam na formação da identidade coletiva de cada movimento social. As características do grupo também recebem influências dos valores culturais e políticos que são compartilhados pelos sujeitos de distintas classes e camadas sociais (Gohn, 1997).

O século XX foi marcado por várias manifestações executadas por movimentos sociais formados por grupos minoritários, que reivindicavam suas cidadanias (Schwengber et al., 2020). É um período marcado por mobilizações que incluíam novas temáticas, para além daquelas relacionadas aos fatores trabalhistas do movimento operário, referentes por exemplo ao gênero, etnia e meio ambiente. Neste âmbito, surgiram novos atores não sendo apenas trabalhadores, mas também jovens, mulheres, ambientalistas e estudantes (Alonso, 2009).

No entanto, o movimento social de mulheres, ou seja, o movimento global feminista teve ascensão já no século XIX, quando as ativistas se organizaram para reivindicarem, especialmente, o direito ao voto. Nesta primeira onda, o movimento é conservador, formado por mulheres brancas de classe média e alta, que tratavam de assuntos superficiais, ou seja, não consideravam as reivindicações do conjunto das outras mulheridades (Oliveira; Cassab, 2014).

Assim, as mulheres negras não tinham espaço dentro do movimento para se articularem em conjunto com as feministas brancas (Freitas, 2018). Mesmo assim, estiveram presentes na luta contra o patriarcado. A pioneira do feminismo negro é Sojourner Truth, conhecida pelo seu discurso intitulado “Não sou eu uma mulher?”, verbalizado durante a primeira “Convenção Anual de Direitos das Mulheres” em 1851, na cidade de Akron – Ohio nos Estados Unidos, que expôs e questiona a diferença na forma que a sociedade age com a mulher negra.

Para as mulheres negras, “[...] as primeiras manifestações feministas simplificavam excessivamente a condição das mulheres, como se todas tivessem as mesmas vivências e o mesmo histórico social e econômico” (Martinez, 2017, p. 25). Por conta disso, a partir da década de 1920 surgem as primeiras manifestações das feministas negras, contrárias à

homogeneidade da categoria mulher. Contudo, o movimento feminista negro fortalecido aparece na década de 1970 denominado de *Black Feminism*, no qual voltou-se para criticar o feminismo branco e defender o movimento antirracista (Martinez, 2017).

Atualmente, o movimento feminista preza pela diversidade, pluralidade e inclusão de todas as mulheridades. Ao longo da sua história, o mesmo passou por algumas fases, chamadas de ondas. Neste percurso, essa articulação transforma-se e insere novas reivindicações, como as das mulheres trans, travestis, negras, indígenas, lésbicas e etc. Na contemporaneidade as mulheridades, conceito que visa abarcar as mulheres em suas múltiplas diversidades, lutam para ocupar espaços diversos, sejam eles físicos e/ou virtuais, com o objetivo de garantir a equidade de gênero.

Desta forma, este artigo tem como objetivo de discutir algumas características do movimento feminista negro e expor a trajetória do ciberfeminismo ou feminismo negro dando enfoque na articulação do mesmo com o ciberfeminismo, por meio de uma pesquisa bibliográfica integrativa. Para isso, foram utilizados artigos disponíveis nas plataformas digitais: Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online - Scielo*, contendo os seguintes descritores: ciberativismo, feminismo negro, movimento feminista, ciberfeminismo, mulheres negras e movimento feminista negro. Participaram desse estudo referências do período entre 2018 a 2021, em língua portuguesa. Ficaram de fora trabalhos definidos como resumos, entrevistas, resenhas e artigos de opinião. Assim, tal trabalho conta com dois tópicos, que tratam dos assuntos supracitados. O primeiro tópico é apresentado de forma concisa, as pautas do movimento feminista negro e a ascensão do ciberfeminismo; já o segundo tópico, evidencia o desenvolvimento e reinvindicações do feminismo negro no país, bem como o uso desta ferramenta como apoio no combate as opressões do racismo estrutural entrecruzado com as desigualdades de gênero.

DIÁLOGOS ENTRE O FEMINISMO NEGRO E O CIBERFEMINISMO

O movimento feminista contemporâneo é heterogêneo, plural e ancorado por várias teorias. Isso se dá por conta da luta das mulheres negras onde passou a questionar esse movimento a qual se baseava apenas em teorias eurocêntricas. Dessa maneira, essa reivindicação aproximou-se das teorias referentes a interseccionalidade, e pós-colonialidade e das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTCI) para realizar suas

reivindicações políticas (Freitas, 2018).

Os resultados da pesquisa evidenciaram a mudança nas perspectivas de quais as razões sustentavam o movimento feminista. Observando, portanto, que majoritariamente o mesmo se aplicava apenas a branquitude foi preciso empretecer uma luta que nasceu justamente em decorrência dessa raça. Assim, as novas possibilidades de atuação no cotidiano sobre o feminismo devem recordar da multiplicidade de mulheridades e que nem todas perpassam por todas as situações. E que existem engrenagens, como raça e classe social, que irão colocar formas distintas de opressão.

Segundo Carneiro (2011), o feminismo negro de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, como é a brasileira, tem como eixo de foco o racismo e os impactos sobre as relações de gênero, visto que ele próprio define a hierarquia de gênero na sociedade. A autora segue refletindo:

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres [...]. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2011, sp).

Segundo Curiel (2019), as propostas do feminismo negro são as mais completas, uma vez que completou a teoria feminista, ao problematizar como o racismo, machismo, sexism e a desigualdade de classe. Nesta perspectiva, a agenda feminista abrange em suas pautas:

Em primeiro lugar, a situação econômica e as questões relacionadas com a pobreza global das mulheres, tais como oportunidades de educação, desenvolvimento industrial, racismo ambiental, políticas de emprego, prostituição e leis de herança em matéria de propriedade, constituem uma questão fundamental global das mulheres. Direitos políticos para as mulheres, tais como conseguir o voto, direito de participar de reuniões, viajar, obter cargos públicos; os direitos dos presos políticos e violações básicas de direitos humanos

contra as mulheres como estupro e tortura, constituem uma segunda área de preocupação. Uma terceira área de preocupação global consiste em problemas conjugais e familiares, como leis de casamento e divórcio, políticas de custódia da criança e trabalho doméstico. Questões de saúde e sobrevivência das mulheres, tais como direitos reprodutivos, gravidez, sexualidade e AIDS constituem outra área de preocupação feminista global (Collins, 2017, p. 12).

Para articular todas essas questões e difundir o ideário feminista, o movimento passou a utilizar as Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICS), que surgiram já na segunda metade da década de 1980 e desde então vêm se expandindo por todo o mundo. Elas, as TICS, são um conjunto de ferramentas que permitem a produção, acesso e a disseminação de informações, bem como a comunicação entre sujeitos, mesmo que esses estejam distantes fisicamente (Rodrigues, 2016). Com isso, as mulheres viram neste campo virtual um ambiente sem fronteiras, no qual todas elas:

“[...] seriam capazes de expressar ou mesmo ver a manifestação de outras e assim compreender que não estavam sozinhas em suas lutas. Poderiam traçar táticas e estratégias de lutas, intercambiar saberes com outros movimentos e difundir as discussões para outros patamares” (Ritta, 2021, p. 60).

O ciberespaço se torna, portanto, uma ferramenta importantíssima de criação e comunicação. Abrangendo pessoas de realidades distintas, mas que comungam de um determinado objetivo. Isso caracterizou, conforme os achados deste estudo, uma fonte de potência entre as mulheridades. Dessa forma, o espaço virtual passou ser uma referência e ponto de encontro entre diversas trajetórias, propiciando a articulação e novas maneiras de coletividade.

O movimento feminista passa a fazer uso dessa rede de conectividade a partir da década de 1990, quando se coloca em evidência as discussões sobre relações de gênero e suas intersecções. É nesta terceira onda que há a difusão das vertentes do movimento feminista negro, interseccional e do ciberfeminismo (Ritta, 2021). Mas, a autora segue descrevendo que o conceito de ciberfeminismo ou feminismo em rede ainda encontra-se em disputa, pois algumas pesquisadoras consideram que ele foi desenvolvido após a década de 1990, já na quarta onda do feminismo. Ademais, ainda de acordo com Ritta (2021) a expressão ciberfeminismo surge em 1991, período no qual as ativistas do VNS Matrix (coletivo da Austrália fundado por: Josephine Starrs, Julianne Pierce, Francesca da Rimini

e Virginia Barratt) divulgam o manifesto “Cyberfeminist Manifesto for the st Century” (Ritta, 2021). Em suma, entende-se o ciberfemenismo como sendo “[...] um movimento multifacetado – portanto, ciberfeminismos –, que atua tanto no campo teórico quanto no âmbito prático, com intervenções de natureza política, social e cultural” (Schwengber et al, 2020, p. 312).

Ciberfeminismo é um movimento de ação que não escapa ao político. Sua essência e força residem na disputa de poder através da resistência. Feminismo é política. No entanto, a ação comunicativa do movimento reside na diversidade e é algo que não deve ser tratado com brevidade. São mulheres que atuam em diversas frentes, são rápidas, movimentam-se em rede, são descentralizadas e organizadas (Coelho, 2018, p. 19 apud Ritta, 2021, p. 60-61).

O movimento feminista negro também é ciberfeminista, neste campo digital o feminismo negro coloca em debate questões que provavelmente não seriam prioridades de outros grupos feministas, como por exemplo:

[...] genocídio da juventude negra e seus impactos sobre as mulheres negras, a intolerância religiosa e a valorização das religiões de matriz africana, relacionamentos interraciais e relações afetivo-amorosas de mulheres negras, mercado de trabalho, padrões estéticos femininos e a representatividade dos negros na mídia, impacto da violência cotidiana na população negra, etc. (Martinez, 2017, p. 26).

Com essas ferramentas digitais as possibilidades de compartilhar informações e de acessar a formação de gênero são diversas, visto que cada vez mais sujeitas se dispõem a administrar páginas virtuais que apresentam debates e propostas que abarcam as diversas demandas e vivências das mulheridades. Conforme afirma Freitas (2018), esse diálogo reivindicatório no ciberespaço se dá por meio dos blogs, sites e sites de compartilhamento de conteúdo a exemplo do Facebook, Twitter e Instagram. As feministas negras encontram-se nas plataformas citadas, ou seja, ocupam um novo espaço de luta, para combater o sistema que as opõe. Tais dispositivos auxiliam essas mulheres no combate a todo tipo de discriminação e discursos de ódio, onde têm causado transformações significativas nas formas de comunicação no nível nacional e internacional (Freitas, 2018).

Os compartilhamentos cada vez mais presentes são usados para divulgar, combater desinformações além da reivindicação de espaços e direitos. Ficou mais prático unir

coletivamente a movimentos sociais e participar desse processo de combate às violências. Além do mais, essa união provoca também um sentimento de pertença e solidariedade, oportunizando que nenhuma mais se sinta solitária nessa batalha. Partilhando saberes, lutas, mas também suas dores e dissabores, provocados por tanta estigmatização e discriminação.

Essas mulheridades enxergam muitos potenciais dentro do ciberfeminismo, observando como grupos de (in)formação, campanhas e apoio mútuo. Essas tecnologias possibilitaram uma maior expansão contra as engrenagens do sistema cisheteropatriarcal racista capacitista e capitalista. Ao mesmo tempo em que esses locais virtuais também mobilizam o mundo real, ou seja, viabilizam mudanças e trabalhos no aqui agora e sendo tangenciado na sociedade.

Para Ritta (2021), o ciberfeminismo mudou o status do movimento feminista, pois consegue discutir a agenda de luta com ideias desenvolvidas em outros países, com distintas configurações, dessa forma, possibilita uma atuação transnacional. “O fato de ser um movimento que se articula em sua predominância na rede digital, com uma linguagem simples e direta, o torna um movimento escalável e sem fronteiras físicas [...]” (Ritta, 2021, p. 61).

E O QUE PODEMOS FALAR QUANDO SE TRATA DE BRASIL?

No Brasil, desde os primórdios da colonização portuguesa, a mulher negra é excluída, silenciada, estigmatizada, discriminada, hostilizada e oprimida por sua raça e gênero. Não é à toa que foi nesse período que teve início a escravidão de pessoas negras neste país. “As escravas sofriam em diversos âmbitos, pois eram os seres omitidos dentro de uma classe já considerada minoritária, a dos escravizados” (Silva, 2018, p. 08). Estas mulheres, então, eram tratadas como objetos de seus senhores e senhoras, onde negavam-nas o seu estatuto como sujeito humano. Tal sistema escravocrata perdurou no país por mais de trezentos anos e teve “fim” com a promulgação da Lei Áurea, em 1888, que extinguiu a escravidão no Brasil. Essa legislação surgiu em decorrência da resistência das pessoas escravizadas, das pressões do movimento abolicionista e das pressões externas. Contudo, o governo do país não prestou assistência alguma a essas pessoas, deixando-os à mercê de uma sociedade racista. Sendo assim, mesmo com o vigor desta lei, isso não foi capaz de revogar os estigmas de raça e gênero em relação às mulheres negras.

Com isso, as mulheres negras não saíram como vítimas da escravidão, onde a elas foram destinados os títulos de desonestas, vulgares e ignorantes, onde para grande parte da sociedade, sendo esta racista, elas deveriam continuar tendo uma relação de subserviência a branquitude como única forma de existência dentro da sociedade. Neste cenário, para Kilomba (2012, p. 124 apud Ribeiro, 2016, p. 102) “[...] as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade”. Para expor o racismo, o machismo, a farsa da democracia racial brasileira, a desigualdade racial, os estigmas atribuídos às mulheres negras e dentre outras pautas, o movimento feminista negro brasileiro começou a ser estruturado em meados da década de 1970, num momento autoritário. Esse contexto foi marcado pelas perdas de direitos sociais devido ao golpe militar instaurado em 1964, “relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que transformava o Presidente da República em um ditador” (Pinto, 2010, p. 16).

De acordo com Viana (2010), que retoma a análise de Gonzalez sobre o desenvolvimento do feminismo de mulheres negras no Brasil, já em 1975, as mulheres negras se reuniram na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, para comemorar o Ano Internacional da Mulher. Além disso, produziram um documento que denunciava as condições de subalternidade vivenciadas por elas em virtude da herança escravocrata perversa. Elas passaram a compor grupos de estudo sobre as questões femininas em geral e as demandas das mulheres negras.

Em 1979, as mulheres associadas ao Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), fundado em 1975, apresentaram uma proposta de “reunir mulheres que participavam ou tinham participado de várias entidades”, tais como “organizações negras, das organizações de mulheres ou de outras organizações democráticas e progressistas”, não para formar “mais um grupinho”, e sim discutir uma “contra-ideologia” de combate ao racismo e o sexism (Viana, 2010, p. 57).

É nesse ponto que as primeiras articulações brasileiras feministas se constroem, sendo em sua grande maioria liderada por mulheridades negras. Esse marco histórico é necessário ser ressaltado, pois, como afirma os resultados evidenciados nesta pesquisa, o movimento feminista não é majoritariamente branco, ao contrário. A branquitude se

aproveita dessas organizações, mas em sua grande maioria não estavam conectadas desde o início quando mulheridades pretas, travestis e transexuais se reuniam e batiam de frente aos dogmas e conservadorismo imposto pelo Estado, as religiões e a sociedade. Construindo, portanto, uma base solida para que atualmente se possa falar abertamente sobre os direitos das mulheridades.

Duas mulheres negras brasileiras foram percussoras do feminismo negro. A primeira foi Léia Gonzales, uma das idealizadoras do grupo Luiza Mahim – 1980 e fundadora do – 1983, os dois visavam discutir a relação de gênero, classe e raça. Já a segunda, Sueli Carneiro, foi umas das responsáveis pela criação do Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo – 1982, fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra - 1988, com a finalidade de lutar contra o racismo e o sexismo bem como valorizar as mulheres e a população negra em geral (Santos, 2020).

O contexto político dos anos de 1980 foi propício para militância dessas mulheres, devido ao fim da ditadura militar e a abertura política, conquistada pela pressão dos movimentos sociais. Foram criados vários grupos de mulheres negras, além dos já citados, influenciados pelo feminismo negro. Cabe destacar como alguns deles: Grupo de Mulheres do MNU-BA, criado em 1981, na Bahia; Coletivos de Mulheres Negras da Baixada Santista, surgido em 1986, na cidade de São Paulo; Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa, criado no ano de 1986, em São Luís e o Centro de Mulheres de Favela e Periferia, instituído em 1986, no município do Rio de Janeiro (Santos, 2020).

Nesse sentido, a compreensão da formação desses movimentos e coletivos mostraram o pioneirismo de mulheres negras brasileiras frente as engrenagens machistas impostas pela sociedade. É preciso recordar que até aquele momento, a própria sociedade era estruturada com leis que beneficiavam os comportamentos e ações misóginas e violentas destinadas a essas mulheridades. O aval social contra o crime de ferimento da moral e da honra masculina era e ainda segue sendo usado em muitas realidades. Dessa maneira, a luta articulada a anos atrás possibilitou a construção de um terreno a qual hoje é possível falar e debater sobre o machismo e as formas de opressão. As redes sociais e demais mídias de comunicação se unem a essa luta, estabelecendo novos mecanismos de aquilombamento.

O Brasil foi formado por leis e decretos que estabeleciais o apagamento da força feminina em muitos espaços, sobretudo políticos. Muitas mulheres foram marginalizadas e depreciadas em seus desejos e vontades de seguir diversas carreiras e ter o poder de opinião.



Os direitos constitucionais ainda não abarcavam o cuidado e proteção que essas mulheres também exigiam. Os resultados obtidos por meio deste trabalho apresentam uma construção histórica e árdua dentro do projeto de cidadania feminina. Entender essa formação permite ir diretamente nas engrenagens patriarcais que ainda tentam se sobressair dentro do meio de vivência coletiva em sociedade.

A participação da mulher brasileira na agenda política é uma discussão antiga, mas sobretudo instigada desde a redemocratização. Segundo Almeida e Machado (2021), inclusive desde os anos de 1995, existem normas positivas visando à proteção desse direito. A partir de 2015, é possível se observar uma série de avanços que vão desde cotas por candidatura por sexo/gênero; destinação de, no mínimo, 5% do Fundo Partidário para promoção e difusão da participação política das mulheres; propaganda institucional destinada a incentivar a participação feminina na política; a reserva de 30%, no mínimo, de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para Candidatas.

Esses avanços refletem diretamente no número de candidaturas e na eleição de mulheres nas últimas disputas de 2016 a 2020, principalmente na esfera legislativa, segundo dados do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA. Considerando as eleições de 2016 em todo o Brasil, somente 4,1% (691) das candidatas às prefeituras eram mulheres negras, e desse universo somente 3,2% (180) foram eleitas. Para o cargo de vereadora, só 15,4% eram mulheres negras (71.066), e apenas 5% (2.870) foram eleitas. Mas qual a relação disto com o Movimento Mulheres Negras decidem – MND? A resposta é complexa, é atravessada pela eleição e o assassinato da vereadora fluminense Marielle Franco.

Vale mencionar que a eleição da vereadora fluminense Marielle Franco em 2016 surge nesse contexto de avanços citado, representando um marco por se tratar de uma mulher negra, periférica, e lésbica, expoente de diversas bandeiras e pautas tidas como progressistas, necessárias e muitas vezes esquecidas por políticos tradicionais; e ao mesmo tempo um alerta para a violência política e institucional com o seu assassinato em 2018, e para a necessidade de uma maior articulação na candidatura e eleição de mais mulheres negras pois somente assim seria possível debater uma agenda política mais realista e contemplativa da sociedade brasileira, principalmente que observasse às necessidades das

mulheres negras que são diferenciadas e atravessadas por diversos marcadores sociais quando comparados com as demais mulheres.

Nesse sentido, o assassinato de Marielle Franco representa um importante marco e ponto de virada de chave para essa discussão, ela que teve uma vida marcada por militância pelos direitos das mulheres e de maneira mais geral pelos direitos humanos, saia de uma roda de conversa em que se debatia essas temáticas, como representação, sub-representação de mulheres negras, estratégias para enfim, chegar nos espaços de tomada de decisão, quando foi assassinada em março de 2018, uma vez que o impacto de sua morte refletiu diretamente nas candidaturas de parlamentares como a deputada federal Thalita Perrone nesse mesmo ano, em um movimento que ficou conhecido por sementes de Marielle. Essas sementes nada mais são do que novas lideranças, de mulheres jovens, diversas e que buscam manter o legado da vereadora e de aumentar a participação política de mulheres negras em uma perspectiva feminista antirracista.

“O feminismo negro brasileiro se apresenta enquanto uma potência no que diz respeito à resistência, organização e enfrentamento ao racismo e sexismo” (Santos, 2020, p. 18). Para isso, o movimento feminista negro também utiliza as TICs, para propagar suas pautas, desde a década de 1980 com a criação de blogs e sites, como já apresentado nos parágrafos anteriores.

Neste ambiente virtual há maior integração com as mulheres negras, sobretudo com as jovens, em virtude da proximidade destes com a tecnologia. Conforme Martinez (2017), há aproximadamente doze anos houve maior tentativa por parte de jovens em conhecerem as pautas feministas. “O crescente interesse pela temática feminista revela tanto o aumento dos espaços ocupados pelas feministas na internet quanto o extravasamento de suas preocupações para espaços da mídia internacional” (Martinez, 2019, p. 4).

[...] a cultura digital possibilitou que as coisas se dessem de forma mais generalizada e pulverizada se tornando, ela mesma, objeto de uma nova epistemologia feminista, [...] chamada de ciberfeminismo. [...] [É] um movimento estético e político orientado pela popularização das tecnologias digitais que renovou o debate feminista [...] (Martinez, 2019, p. 7).

Essa compreensão não quer e nem apaga o histórico de luta das mulheres em torno da política institucional, só reforça que atualmente as mudanças nos movimentos de mulheres proporcionam uma militância mais orgânica no sentido de frentes de articulação

e visibilidade, principalmente quando se observa a atuação de grupos historicamente marginalizados e silenciados como é o caso das mulheres negras, o que por vezes leva muitos a imaginarem que o destaque dessas mulheres no cenário nacional, seja no político ou no intelectual, se deu somente após o *boom* feminista em 2015, quando existem inúmeros exemplos que o antecedem.

Assim, há um reconhecimento oficial no Brasil, da ascensão do ciberfeminismo em 2015, na chamada “primavera feminista”, momento em que há maior adesão de mulheres jovens ao movimento (Ritta, 2021). É nesse cenário de destaque, de possibilidades e de mudanças que trabalhos de conscientização em diversas áreas e setores da sociedade, para e com a participação de todos os sujeitos integrantes, que diversos movimentos, grupos, organizações, coletivos e mulheres individualmente despontam e buscam a construção e efetivação de projetos políticos e societários a serem desenvolvidos e construídos em prol de um país melhor, plural e combatente com os diversos tipos de opressão e violência.

Foi em 2015 que houve a “Marcha das Mulheres Negras que levou às ruas de Brasília milhares de mulheres negras de todas as idades em marcha contra o racismo, a violência e pelo bem viver, trazendo para o foco do debate o lugar de fala da mulher negra” (Lemos, 2016 p. 63 apud Ritta, 2021, p. 63). Este ato foi articulado e teve repercussão também no ambiente virtual, disseminou-se a hashtag #MarchaMulheresNegras, como forma de alcançar mais pessoas e veículos de informação.

Além desse manifesto que ocorreu de forma virtual e no ambiente físico, outros foram realizados, entre 2015 e 2016, em combate a violência contra mulher, ao assédio, contra o abuso sexual, ao racismo, machismo e etc., as seguintes hashtags estiveram em ênfase no período de 2015 e 2016:

#AgoraÉQueSãoElas; #NãoTiraoBatomVermelho; #Feminicídio; #ElesporElas (#HeforShe); #VamosJuntas?; #MexeucomUmaMexeu-comToda; #MeuAmigoSecreto; #MamiloLivre (#FreeNi-pple); #MulheresContraCunha; #VaiTerShortinhoSim; #CarnavalSemAssedio; #SomostodosMaju; #SomostodosTaisAraujo; #SomostodosCrisViana; #SomostodosSheronMenezzes; #Enem2015; #EnemFeminista; #MeuPrimeiroAssedio; #EstuproNaoÉculpaDaVítima; #QueroUmDiaSemEstupro; #ContraaCulturadoEstupro; #Belarecatadadolar; #MarchadasMargaridas; #MarchadasMulheresNegras; #Survivor; #CarnavalSemAssedio (Natansohn; Reis, 2017 apud Ritta, 2021, p. 63).

Contudo, uma das razões que tem ajudado na expansão dos movimentos é justamente o fato de não se direcionar apenas para a articulação em torno das ausências na agenda política, da construção de um futuro a partir dessas contribuições que são debatidas e lideradas por jovens mulheres negras; mas de uma verdadeira reverência ao legado de grandes lideranças de mulheres negras, seja no campo político, seja no campo teórico, como são os exemplos de Lélia Gonzalez, Luiza de Bairros, Benedita da Silva, Almerinda Gama, Olivia Santana, Leci Brandão, a própria Marielle Franco e muitas outras. Essas são mulheres negras que, mesmo em meio aos obstáculos, reivindicaram suas presenças no espaço e no debate público e que contribuíram para muitas das conquistas alcançadas.

Com a pandemia da Covid-19 que assolou o mundo no ano de 2020, o ciberfeminismo esteve mais uma vez em evidência, visto que as manifestações em ambientes físicos e abertos foram suspensas, desse modo, a articulação feminista só era possível via plataformas digitais. É neste ambiente que as feministas negras de todas as idades permaneceram ativas na luta contra o sistema opressor, denunciando os atos racistas, machistas e etc. para com as mulheres negras.

CONCLUSÃO

Neste trabalho buscamos evidenciar desenvolvimento do ciberfeminismo, como se deu no Brasil e a relação com o movimento feminista negro, para mostrar que o ciberespaço também é um ambiente de militância, que deve ser usado para expor as pautas e alcançar mais meninas e mulheres. Essa relação entre feministas via ciberfeminismo promove o surgimento de novos grupos, novas práticas e metodologias, bem como a interação com pessoas distantes geograficamente, isso faz com que o movimento feminista continue se atualizando, incluindo novas pautas e sujeitos na luta por uma sociedade antirracista, antimachista e antilgbtfobia.

Portanto, considera-se importante a articulação no ambiente virtual, que aproxima as pautas feministas de todas as pessoas e mantém o movimento feminista ativo em todos os espaços e tempo.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Lua Nova, São Paulo, p. 49-86, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXXz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 de mar. de 2022.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Portal Geledés, 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 25 de mar. de 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. **O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso.** Cadernos pagu, 2017. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.scielo.br/j/cpa/a/P3Hpz4XQsPqSqJLm9KH6tC/abstract/%3Flang%3Dpt&ved=2ahUKEwilyffap8z6AhV0qpUCHbKhATQQFnoECBMQAQ&usg=AOvVaw0TYxHFKr8JiA1RZH7yMb6C>>. Acesso em 22 de set. 2022.
- CURIEL, Ochy. **Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista.** Tradução: Lídia Maria de Abreu Generoso. Revista de Teoria da História, Goiás, v. 22, n. 02, p. 231-245, dez., 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/58979>>. Acesso em 25 de mar. 2022.
- FREITAS, Larissa Viegas de Mello. **Experiências Feministas Narradas no Espaço Virtual: Debates sobre a Interseccionalidade e Feminismo Negro.** REALIS, v. 8, n. 01, jan-jun. 2018. Disponível em: <https://redib.org/Record/oai_revista854-realis-revista-de-estudos-antiutilitaristas-e-poscoloniais>. Acesso em: 24 de dez. 2021.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos.** Edições Loyola, São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>>. Acesso em: 30 de mar. de 2022.